



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

MPCDF

Proc.: 00600-00004160/2020-10

PROCESSO N.º 00600-00004160/2020-10-e

PARECER N.º 982/2020-G3P

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Florestamento e Reflorestamento S.A – Em liquidação. Exercício financeiro de 2015. Exame inicial. Processo influente. Corpo Técnico pelo sobrestamento. MPCDF de acordo, com acréscimo. Diligências.

Os autos tratam da Prestação de Contas Anual do responsável pela Florestamento e Reflorestamento S.A – PROFLORA, sociedade de economia mista em processo de liquidação, relativa ao exercício financeiro de **2015**.

2. As condutas examinadas referem-se ao seguinte responsável:

Responsável		
Nome	Cargo/Função	Período 2015
LUIZ EDUARDO LIMA DE REZENDE	Liquidante	1/1 a 31/12

Fonte: Informação n.º 261/2020-SECONT/3ªDICONT

3. O processo foi examinado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, ocasião em que restou emitido o Relatório de Auditoria n.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBC/CGDF (p. 20) e o Certificado de Auditoria de idêntico número (p. 19).

4. Assim, a CGDF registrou os seguintes fatos influentes sobre as contas anuais de 2015:

a) classificado pela CGDF como *falha grave*: subitem **2.4** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Ativo Não Circulante - Imobilizado - Florestas formadas*).

Em apertada síntese, constata a inconsistência dos registros contábeis, o que impediu a confirmação da composição do ativo imobilizado no valor de R\$ 35,497 milhões. Assim, aponta:

- não constam no ativo imobilizado os registros da exaustão sofrida pelas florestas formadas. Situação que afronta os arts. 176 e 183 da Legislação Societária;

- a companhia não apresentou e nem disponibilizou o documento para análise, impossibilitando atestar contabilmente os valores registrados em *florestas formadas*. Ressalta que tais áreas estão sofrendo redução da área útil reflorestada e do potencial volumétrico dos maciços florestais, uma vez que a Jurisdicionada celebrou contratos com sociedade empresária compradora



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

de tais maciços. Ressalta que algumas áreas foram invadidas para parcelamentos irregulares de terras.

A recomendação da CGDF foi no sentido de submeter o assunto à Assembleia Geral de Acionistas e, em seguida, providenciar os ajustes contábeis necessários.

b) classificados com *falhas médias*:

b.1) subitem **2.1** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - ativo circulante – Caixa*): salientou que o liquidante não emitiu e nem apresentou a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, exigida nos termos do art. 176, IV da Lei n.º 6.404/76, impossibilitando verificar as saídas e entradas na *caixa* durante o período/exercício, bem como o resultado desse fluxo. Registrou recomendação para elaboração do fluxo de caixa na forma da legislação de regência;

b.2) subitem **2.2** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Ativo Não Circulante – Investimentos*): indicou que a participação da PROFLORA em outras empresas se manteve idêntica – R\$ 28.868,61 – sem apresentação dos documentos de suporte ao registro. Ressaltando que há aproximadamente 30 anos¹ mantem-se o registro e ponderando acerca do custo/benefício de possível apuração, recomenda a baixa dos valores contabilizados;

b.3) subitem **2.3** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Ativo Não Circulante – Imobilizado*): diante do registro de bens móveis em 31/12/2015 – R\$ 2.114,00 – esclarece que a PROFLORA não possui sede, nem equipamentos, tampouco inventário patrimonial². Assim, ponderando o custo benefício de uma possível apuração de responsabilidade, recomenda submeter à Assembleia Geral de acionistas e realizar a baixa contábil do valor, em conformidade com art. 50, II, do Decreto n.º 16.109/1994;

b.4) subitem **2.5** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Passivo Circulante-Fornecedores*): constatando o registro de R\$ 78.758,30, correspondente a obrigações assumidas com encargos sociais, fiscais e capital humano, com vencimento para 2018; registra que não foram apresentados documentos que esclarecessem a origem das obrigações. Recomenda a comprovação com base em documentos/transações

¹ Registra que o liquidante atual informou que pesquisas realizadas sobre essas participações obteve informações que tais valores encontram-se pendentes de regularização há longa data, registrados no Balanço Patrimonial dos exercícios findos de 1988, Processo nº 074.000.060/99 e 2001, Processo nº 111.002.438/06.

² Anota que à época o liquidante da Proflora era o Sr. Jefferson Chaves Boechat que também era o liquidante da SAB. Registrando que as duas empresas eram geridas a partir do endereço SIA Trecho 6, lote 270- Brasília - DF que inicialmente, era apenas o local onde o liquidante da SAB desenvolvia suas atividades; destaca que, anteriormente, os liquidantes da Proflora exerciam suas atividades em espaços destinados em outras Unidades, tais como Terracap, SEHAB, entre outras.

Diante desta constatação, aponta que a PROFLORA não possui sede, equipamentos, ou inventário patrimonial; salientando que, mesmo que tivesse, *ninguém saberia informar onde os bens se encontram*, sendo provável que sequer existam ou que, existindo, tenham se tornado obsoletos ou inservíveis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

operacionais; e, caso não seja possível, submeter à Assembleia Geral dos acionistas, a fim de que a baixa seja autorizada;

b.5) subitem **2.6** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Exigível a Longo Prazo no valor contábil de R\$ 21.407.441,28³*): registra que na conta *Credores Adiantamentos/Empréstimos e Financiamentos* consta R\$ 980.795,33 no Balanço do exercício anterior e indicativo de dívida contraída junto à TERRACAP, sem disponibilização de documentos de esteio. A recomendação foi de que a PROFLORA leve o assunto à TERRACAP, a fim de comprovar os valores e submeta os fatos à Assembleia Geral para, se for o caso, realizar a baixa;

b.6) subitem **2.7** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Sociedade em Conta de Participação – SCP*): registra que a conta *Sociedade em Conta de Participação - SCP*, no valor de R\$ 8.388.058,02, refere-se a projetos provenientes de investimentos de terceiros nos projetos da PROFLORA, conforme avaliação do maciço florestal realizada através do inventário encomendado pela TERRACAP e produzido pela empresa ECOIDEIA no exercício findo de 2008, contrato NUTRA/PROJU n.º 43/2007. Aponta que PROFLORA implementou 19 projetos entre os anos de 1976 a 1984, por meio de financiamento do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset e firmou contratos de arrendamento de áreas com a extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF. Constatando, porém, que não existem contratos em vigor, recomenda aprofundar os levantamentos e submeter o resultado à Assembleia Geral para deliberação sobre a possível baixa;

b.7) subitem **2.8** (*Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Provisões de Tributos Federais e Distrital*): registrando que, nesse grupo, consta o valor total de R\$ 12.038.587,93, sendo: *Imposto de Renda* R\$ 8.851.902,94 e *Contribuição Social sobre Lucro Líquido* R\$ 3.186.684,99; salienta que tais valores foram originados de acréscimo patrimonial decorrente de avaliação dos bens (terrenos e florestas), no mês de setembro de 2015. Aponta que não foram encontrados ou apresentados documentos que evidenciem a alteração dos valores desde a contabilização originária, indicando descontrole sobre as obrigações. Salienta que não há informações da Receita Federal sobre os tributos lançados, tampouco documentos que lhe forneçam esteio⁴; demonstrando desorganização na situação contábil da Jurisdicionada. Recomenda aprofundar os levantamentos e submeter o resultado à Assembleia Geral;

b.7) subitem **2.9** (*Demonstração do resultado do exercício - DRE, em desacordo com as normas contábeis e legislação societária*): indica que o liquidante não registrou a contabilização

³ Credores Adiantamentos: R\$ 980.795,33
Sociedade em Participação: R\$ 8.388.058,02
Provisões de Tributos Federais: R\$ 12.038.587,93

⁴ A CGDF aponta: *Foi constatado em um relatório de Auditoria Independente uma manifestação de que tais registros contábeis são de exercícios anteriores a 2014 e que não há qualquer demanda judicial ou tributária do Fisco de possíveis sócios em Sociedade em Conta de Participação – SCP com a PROFLORA. Também consta que não haveria base de cálculo, pois inexistem os contratos de SCP's e muito menos Lucro que possa ser tributável.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

das respectivas despesas e custos dos produtos vendidos nos exercícios findos de 2015 e 2014⁵; evidenciando que a demonstração não espelha a real situação da sociedade, em afronta aos princípios contábeis e normas do CFC, em especial a Resolução n.º 1.282/2010. Registra, ainda, a inobservância do art. 187 da Lei n.º 6.404/1976⁶. A recomendação é de ajustes, na forma da legislação aplicável; e

b.8) subitem **2.10** (*Divergências e diferenças entre as demonstrações contábeis e financeiras apresentadas no relatório de prestação de contas anual com as enviadas para a receita federal do brasil*): indica divergências entre a conciliação das contas apresentadas na prestação de contas do liquidante, *Balanco Patrimonial* e *Demonstração do Resultado do Exercício* com aquelas enviadas à Receita Federal do Brasil por meio de Escrituração Contábil Digital – ECD. Aponta que não foi conciliada a DRE com a ECD, exercício de 2015. Registra que o liquidante não encaminhou para a SPED/RFB/ECD e nem assinou os relatórios de prestação de contas, constando apenas a assinatura da contadora. Salaria que a situação poderá ensejar a aplicação de multas, conforme art. 57 da Medida Provisória n.º 2.158-35/2001 (Redação dada pela Lei nº 12.873, de 2013). A recomendação da CGDF foi para *refazimento das demonstrações a fim de eliminar as diferenças*.

5. Aquele órgão, por intermédio do Comitê de Certificação das Tomadas e Prestações de Contas Anuais, emitiu o Certificado de Auditoria n.º 62/2019–COMITÊ/SUBCI (p. 19), onde pugnou pela *regularidade com ressalva* das contas, a teor das 9 *falhas médias* e 1 *falha grave* apontadas (parágrafo anterior).

6. No âmbito do Tribunal de Contas, a Unidade Técnica, por meio da Informação n.º 261/2020–SECONT/3ªDICONTE (p.25), registra que os documentos juntados ao *e-Contas* não atenderam as exigências da legislação aplicável; porquanto deixaram de ser remetidos: *Inventário Patrimonial, Relatórios de Auditoria Independente, Parecer do Conselho Fiscal, Rol de Responsáveis, Informações sobre TCE, Demonstração de Fluxo de Caixa, Declaração de Inexistência de Nepotismo e Conciliação Bancária*.

7. Além disso, registra que não receberam a aposição de assinatura do agente liquidante os seguintes documentos: *Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas Explicativas, Balancete Analítico, Relatório do Organizador do Processo, Justificativa de inexistência de almoxarifado, Justificativa de inexistência de Relatório da Diretoria, Justificativa da inexistência do Conselho de Administração, Resposta ao Ofício 759/2015, do Relatório de Auditoria n.º 24/2015*.

⁵ Foram contabilizadas receitas com vendas de produtos (madeira).

⁶ Também, evidenciou-se que a forma da DRE está em desacordo com a legislação societária e normas contábeis, visto que: as despesas e receitas financeiras estão separadas, enquanto a Lei determina a dedução entre elas. Observou-se também que na DRE são apresentados superávit e déficit, enquanto a Lei determina: lucro e prejuízo. Outro fato a ser ponderado também é a apuração do lucro/prejuízo por ação, o que não ocorreu.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

8. A despeito dos registros, entende que as falhas não devem repercutir sobre o julgamento, uma vez que também foram verificadas em PCAs antecedentes, sem ensejar a *irregularidade* das contas⁷.

9. A despeito de registrar a ausência da juntada de atividades de auditoria independente, menciona que, *contrario sensu*, o subitem 1.4 do Relatório de Auditoria n.º 62/2019-CGDF (p.20) referiu-se a realização desse trabalho envolvendo os exercícios de 2014 a 2016, onde restou assentado em conclusão, *verbis*:

Com base nos procedimentos de auditoria de demonstrações contábeis e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da companhia, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que as informações relevantes não estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, conforme os apontamentos registrados neste relatório.

10. Ressentindo-se da remessa do Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais, destaca que, em consulta ao *e-TCDF*, identificou o Processo n.º 27.522/2018-e (e-doc n.º 99536168-c), que acompanha a TCE n.º 00480-00003275/2018-69, em análise na Corte, mas ainda sem julgamento de mérito, instaurada pela CGDF apurar a ocorrência de prejuízo na comercialização de maciços florestais por meio de venda direta, relativa aos Contratos n.ºs 01/2013, 01/2014, 02/2014 e 03/2014, firmados entre a PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO e a empresa FCS Engenharia Florestal Ltda.

11. Sobre as falhas apontadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal no Relatório de Auditoria n.º 62/2010-CGDF, realiza o seguinte exame, *verbis*:

4.1.1. Os itens 2.1 a 2.8 do RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (fls. 14/26 da peça 20 – e-doc 5508B165-e) cuidam de falhas relacionadas ao *BALANÇO PATRIMONIAL EM DESACORDO COM AS NORMAS CONTÁBEIS E A LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA*. Em síntese, essas falhas dizem respeito a ausência de documentação comprobatória que desse suporte aos registros contábeis, havendo proposições/recomendações do controle interno no sentido de que fossem feitos levantamentos/aprofundamentos para comprovar e, conforme o caso, submeter os assuntos à Assembleia Geral dos Acionistas para deliberação quanto à baixa contábil e/ou providenciar os ajustes contábeis pertinentes.

4.1.2. O item 2.9 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE, EM DESACORDO COM AS NORMAS CONTÁBEIS E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA do RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (fls. 26/28 da peça 20 – e-doc 5508B165-e) indica falhas na apuração do resultado do exercício: *Com relação à elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, evidenciou-se que o liquidante não registrou nos exercícios findo de 2015 e 2014, a*

⁷ 2.2. Entende-se a falha como sem influência neste julgamento, pois o mesmo problema de ausência de documentos exigíveis regimentalmente já foi verificado em outras PCAs e não suscitou a irregularidade das contas, como nas PCAs de 1991 (Processo n.º 1.577/1994), 1998 (Processo n.º 2.527/1999), 1999 (Processo n.º 1.256/2000), 2000 (Processo n.º 3.496/2007), 2001 (Processo n.º 3.500/2007), 2002 (Processo n.º 3.518/2007), 2011 (Processo n.º 12.013/2012), 2012 (Processo n.º 23.338/2013), 2013 (Processo n.º 14.333/2014) e 2014 (Processo n.º 21.245/2015). Na PCA 2004 (Processo n.º 3.534/2007) houve o julgamento pela irregularidade, porém influenciou o resultado a revelia dos responsáveis ante a determinação de audiência.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
TERCEIRA PROCURADORIA

contabilização das respectivas despesas e custos dos produtos vendidos. Cabe registrar que foram contabilizadas as receitas com vendas de produtos (madeira). (...) A ausência da contabilização dos respectivos custos e despesas dos produtos vendidos evidencia que a demonstração não espelha a real situação da sociedade, fato que afronta os princípios contábeis e normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Resolução nº 1.282/2010. Também, evidenciou-se que a forma da DRE está em desacordo com a legislação societária e normas contábeis, visto que: as despesas e receitas financeiras estão separadas, enquanto a Lei determina a dedução entre elas. Observou-se também que na DRE são apresentados superávit e déficit, enquanto a Lei determina: lucro e prejuízo. Outro fato a ser ponderado também é a apuração do lucro/prejuízo por ação, o que não ocorreu. Essas ocorrências afrontam o disposto no artigo 187 da Lei nº 6.404/76...”

4.1.3. O item 2.10 - DIVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS APRESENTADAS NO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL COM AS ENVIADAS PARA A RECEITA FEDERAL DO BRASIL do RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 62/2019-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (fls. 28/33 da peça 20 – e-doc 5508B165-e) indica possível divergência na conciliação das contas apresentadas nesta PCA com as enviadas à RFB: *“Diante das determinações das IN/RFB, acima referenciadas, que dispõe sobre a obrigatoriedade a Escrituração Contábil Digital – ECD, a partir de 01/01/2014, foram constatadas divergências na conciliação das contas apresentadas na prestação de contas do liquidante, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, com as enviadas para a Receita Federal do Brasil, através da ECD, na forma demonstrada: (...) Percebe-se que não foi conciliada a DRE com a ECD, exercício de 2015. Visto que o liquidante não encaminhou para a SPED/RFB/ECD e nem assinou os relatórios de prestação de contas, constando apenas a assinatura da contadora Sra. Fábila Marques Braga CRC/DF nº 13977. Essa situação poderá ensejar a aplicação de multas, conforme Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, que dispõe em seu art. 57, que ‘O sujeito passivo que deixar de cumprir as obrigações acessórias exigidas nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, ou que as cumprir com incorreções ou omissões será intimado para cumpri-las ou para prestar esclarecimentos relativos a elas nos prazos estipulados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e sujeitar-se-á às seguintes multas: (Redação dada pela Lei nº 12.873, de 2013)’. Fatos que também estão em desacordo com as disposições das IN/RFB, citada acima.*

4.1.4. À semelhança do que fora evidenciado nas contas anuais de 2014 e que ensejou o sobrestamento daquele Processo PCA nº 21.245/2015 (item II da Decisão nº 2966/20182), as falhas apontadas no Relatório do controle interno denotam que também nas contas de 2015, o Balanço Patrimonial e a DRE não retratam a real situação patrimonial e financeira da entidade. A esse respeito, ressalta-se o teor do item 1.4 - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (fls. 12/13 da peça 20 – e-doc 5508B165-e), inicialmente reproduzido no item 3.2 desta Informação, e que reforça esse entendimento: *A auditoria independente expressa em seu relatório que examinou as demonstrações contábeis da PROFLOA S/A. FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO - EM LIQUIDAÇÃO, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, atestou que as demonstrações contábeis dos exercícios de 2014 a 2016 estão incorretas ou incompletas em tal magnitude, que se torna inviável a emissão do parecer conclusivo, ainda que com ressalvas.*

4.1.5. Como se vê, essas questões vêm se repetindo ao longo dos anos, com especial destaque desde os exercícios de 2013 e 2014 (processo de liquidação da Proflora se iniciou em 2013). As desconformidades contábeis verificadas e/ou a evidenciada ausência de documentação que desse suporte aos registros contábeis se deve, em boa medida, à descontinuidade da gestão da Proflora por anos, vindo ao final a deliberar-se, em 2013, pela sua extinção e liquidação. Destaca-se que constam do *Relatório dos Organizadores do Processo* (fls. 16/61 da peça 1 – e-doc 86396195-e), datado de junho de 2016, tendo por



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

signatário o liquidante Sr. Luiz Eduardo Lima de Rezende, em síntese, relatos indicando esforços em desvendar a regularidade dos registros contábeis existentes desde 2012, realização de inventário dos maciços florestais, contratos de venda de ativos via processos licitatórios e esforços para regularizar a situação da empresa junto ao fisco.

4.1.6. A despeito do teor do mencionado Relatório dos Organizadores do Processo, e dos esforços ali relatados no sentido de regularizar os registros contábeis, o fato é que essa regularização ainda não se fez refletir em 2015 nos registros contábeis da entidade, de modo que remanescem as impropriedades verificadas.

12. Sobre a existência de processos influentes, a Unidade Técnica, voltando a referir-se ao Processo n.º 27.522/2018-e, anota que a aludida Tomada de Contas Especial decorre do desdobramento do acompanhamento do processo de liquidação da PROFLORA, monitorado pela Corte no Processo n.º 22.639/2012, englobando a apuração de fatos narrados na Representação n.º 2/2017-MF.

13. Sobre a aludida TCE, destaca que, embora não haja decisão definitiva da Corte, a Informação n.º 211/2019-SECONT/3ª DICONTE (e-doc 0DB8DB42, parágrafo 65) aponta para a responsabilização de LUIZ EDUARDO LIMA DE RESENDE, ora liquidante, por irregularidades e prejuízos que englobam o exercício sob exame. Assim, entende apropriado sobrestar o julgamento das contas anuais até o seu deslinde.

14. Ademais, ressaltando que as contas anuais de 2013 se encontram sobrestadas em razão do item II da Decisão n.º 5.853/2017⁸, registra que o mesmo ocorre com as contas anuais de 2014, em face do item II da Decisão n.º 2.966/2018⁹.

15. Assim, destaca que as razões que levaram ao sobrestamento das contas anuais de 2013 (subitem 3.1.2 – Falta de informação sobre a exaustão das florestas formadas do Relatório de Auditoria nº 63/2017-DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF) e de 2014 (subitem 3.1 – Balanço Patrimonial não retrata a real situação patrimonial e financeira da empresa do Relatório de Auditoria nº 12/2017-DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF) também se encontram presentes em 2015.

16. Ao passo em que registra a ausência de deliberações do Tribunal pendentes de atendimento, anota em relação ao julgamento das contas anuais precedentes, *verbis*:

⁸ II – sobrestar o julgamento da PCA tratada no feito em exame até a deliberação final do TCDF no Processo nº 22.639/12, a respeito das diligências determinadas por via da Decisão nº 3.785/17, as quais possuem influência direta na análise do subitem 3.1.2 (falta de informação sobre a exaustão das florestas formadas) do Relatório de Auditoria nº 63/2017-DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF”).

⁹ II – determinar o sobrestamento do exame dos autos até a deliberação final da Corte no bojo do Processo nº 22.639/2012, a respeito da documentação apresentada pelo Liquidante da Proflora, Sr. Jefferson Chaves Boechat, por meio do Ofício nº 42/2017- Liquidante/Proflora, noticiada na Representação nº 02/2017-MF, a qual possui influência direta na análise acerca do subitem 3.1 – “Balanço Patrimonial não retrata a real situação patrimonial e financeira da empresa”, do Relatório de Auditoria nº 12/2017- DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, e que pode resultar na irregularidade das contas em exame;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

ANO	PROCESSO	COMENTÁRIOS
2012	23.338/2013	Regularidade (Decisão n.º 6.085/2016)
2013	14.333/2014	Contas sobrestadas (Decisão n.º 5.853/2017)
2014	21.245/2015	Contas sobrestadas (Decisão n.º 2.966/2019)

17. Sobre a análise econômico-financeira da Jurisdicionada, o Corpo Técnico registra que, *considerando o momento da empresa e ausência de documentos*, deixa de realizar.

18. Conclui e sugere na sequência, *verbis*:

5.1. As falhas apresentadas no RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (peça 20 – e-doc 5508B165-e) e que serviram de base para a certificação destas contas anuais como *regulares com ressalvas* (CERTIFICADO DE AUDITORIA N.º 62/2019-COMITÊ-DACIG/SUBCI/CGDF, peça 19 – e-doc E2157061-e) denotam que também nas contas de 2015 (a exemplo do que fora verificado nas contas anuais de 2013 e 2014, sobrestadas), o Balanço Patrimonial e a DRE não retratam a real situação patrimonial e financeira da entidade e deverão ser sopesadas quando do julgamento destas contas anuais.

5.2. Em pesquisa ao banco de dados do TCDF foi constatada a existência do Processo TCE n.º 27.522/2018-e com reflexos no julgamento destas contas anuais. Embora não haja decisão definitiva da c. Corte nos autos do referido processo, análise da unidade técnica aponta inicialmente para responsabilidade do Sr. Luiz Eduardo Lima de Rezende por irregularidades e prejuízos havidos, englobando também o exercício de 2015, de modo que se afigura apropriado sobrestar o julgamento destas contas anuais até o seu deslinde.

6. SUGESTÕES

Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário o seguinte:

I. tomar conhecimento do processo de prestação de contas anual n.º 00600-00004160/2020-10-e, do responsável pela Proflora – Florestamento e Reflorestamento S.A. – Em liquidação, referente ao exercício de 2015;

II. determinar o sobrestamento do julgamento destas contas anuais até o deslinde do Processo TCE n.º 27.522/2018-e;

III. autorizar o retorno dos autos à Secont para as providências pertinentes. (destaquei).

19. É que basta a relatar.

20. Passo ao exame, registrando, *ab initio*, que os procedimentos de liquidação da PROFLOA seguem acompanhados pela Corte a teor do Processo n.º 22.639/2012-e. Naqueles autos, na pendência de providências a fim de atender o disposto no item III, 2, da Decisão n.º 1.813/2019 – que determinou à Liquidante a adoção de medidas para extinção da empresa, uma vez que 81,89% das ações do cronograma de liquidação, objeto do monitoramento aprovado por meio da Decisão n.º 112/2015 – foi apresentado novo cronograma de liquidação da entidade, com previsão de conclusão para agosto de 2023.

21. Aqueles autos seguem tramitando, na pendência de apreciação plenária, com proposta de manutenção do acompanhamento e recomendação de intermediação do Governador do Distrito Federal sobre os conflitos apontados envolvendo a TERRACAP e a PROFLOA, conforme item III da Informação n.º 18/2010-DIGEM2 (p. 211, Processo n.º 22.639/2012-e)¹⁰ e aquiescência

¹⁰ Parecer n.º 181/2020-G1P.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

do Ministério Público de Contas com as sugestões registradas pela zelosa Unidade Técnica naqueles autos, conforme Parecer n.º 181/2020-G1P (p. 213).

22. Na presente Prestação de Contas Anual, relativa ao exercício de 2015 da entidade em processo de liquidação, de fato, verifica-se o trâmite da Tomada de Contas Especial n.º 27.522/2018-e, capaz de influenciar as contas do Liquidante, porquanto indicado naqueles autos, na Informação n.º 211/2019-DICONT3 (p. 31), como um dos responsáveis pelo ressarcimento de R\$ 25.858,41, segundo Matriz de Responsabilização anexa (p. 28), em razão da venda de maciço florestal a preço inferior ao de mercado; o que deve ensejar, nos termos sugeridos pela Unidade Técnica, o sobrestamento do presente exame, até a manifestação meritória.

23. Ressalto, no entanto, que, naquele processo, aderindo à cota aditiva do Secretário de Controle Externo (p. 32), o Órgão Ministerial, por meio do Parecer n.º 954/2020-G4P, pugnou pela inexistência de prejuízos e consequente encerramento da TCE; o que, de qualquer forma, na pendência da deliberação meritória, impõe o sobrestamento. Assim, o Ministério Público de Contas aquiesce com a Instrução neste ponto, entendendo pertinente o sobrestamento proposto.

24. Ademais, como adequadamente pondera o Corpo Técnico, a ausência de informações contábeis relevantes obstrui o exame sobre a real situação patrimonial e financeira da entidade.

25. Quanto a isso, verifica-se que a Controladoria Geral do Distrito Federal remeteu à Corte o Relatório de Auditoria de Monitoramento n.º 3/2020-COMOT/SUBCI/CGDF (p. 23), por meio do qual o Órgão de Controle Interno do Poder Executivo local examinou, no que importa à presente análise, tão somente, o cumprimento da falha classificada como grave no Relatório de Auditoria n.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBC/CGDF: subitem **2.4 (Balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e a legislação societária - Ativo Não Circulante - Imobilizado - Florestas formadas)**; onde a recomendação foi no sentido de submeter o assunto à Assembleia Geral de Acionistas e, em seguida, providenciar os ajustes contábeis necessários.

26. Pois bem, verifico que aludido monitoramento trouxe reprodução da Ata de Reinstalação da 29ª Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da PROFLOA (DODF n.º 198, de 16/10/2019, p. 72), incluindo em pauta o item 1- *Processo: 00480-00004778/2019-32 - Prestação de Contas da PROFLOA S.A. - Em Liquidação, referente ao Exercício de 2015 e seus anexos*; onde restou expresso, *verbis*:

No que se refere ao Item "1" da pauta, vota o representante do Distrito Federal no sentido do acolhimento integral dos pronunciamentos da Controladoria-Geral do Distrito Federal (notadamente quanto às ressalvas opostas e às irregularidades apontadas), constantes do Relatório de Auditoria n.º 62/2019 - DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (27529372) e o Certificado de Auditoria n.º 62/2019 - COMITE/SUBCI/CGDF (28385528), que tratam da Prestação de Contas Anual da PROFLOA S.A. - Florestamento e Reflorestamento 'em liquidação', referente ao exercício de 2015. Os trabalhos concluíram pela Regularidade, com Ressalvas das Contas da PROFLOA S.A. - Florestamento e Reflorestamento 'em liquidação', referente ao exercício de 2015, mediante 9 (nove) falhas médias, presentes nos subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10 e 1 (uma) falha grave presente no subitem 2.4.

[...]



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

Cabe destacar que os representantes da empresa deverão adotar todas as medidas necessárias para sanar os pontos e questões objeto das ressalvas destacadas pela CGDF, particularmente as falhas médias e graves contidas nos relatórios realizados. Em relação à gestão como um todo, devem ser adotadas todas as providências necessárias para ultimar o processo de liquidação da companhia. Igualmente devem ser adotadas as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na elaboração das demonstrações financeiras da companhia. Nesse quadro, a preservação do interesse da empresa e, por derivação, do Distrito Federal, está a exigir, também, que este ente determine a imediata adoção dos procedimentos administrativos necessários a apuração da existência de cada uma das irregularidades indicadas pela Controladoria-Geral do DF, com a identificação dos responsáveis. Este é o voto do Distrito Federal. Brasília, 27 de setembro de 2019. (destaquei).

27. Diante disso, o Ministério Público de Contas, em acréscimo, sugere à Corte que determine à Florestamento e Reflorestamento S.A – PROFLORA que, no prazo de 30 dias, remeta à Corte informações detalhadas, acompanhadas de todos os documentos e informações de suporte, sobre as providências adotadas a fim de corrigir as falhas (*médias e grave*) apontadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal no Relatório de Auditoria n.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBC/CGDF (p. 20), que examinou a Prestação de Contas Anual do exercício de 2015 daquela sociedade de economia mista; conforme determinação expressa da Ata de Reinstalação da 29ª Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas (DODF n.º 198, de 16/10/2019, p. 72).

28. Ao ensejo, sugiro, ainda, que a Corte, em diligência, no mesmo prazo, considerando as medidas de saneamento determinadas pela Assembleia de Acionistas, ordene a remessa dos documentos dos quais se ressentiu a Unidade Técnica nos parágrafos 2.1, 3.2, 3.3 e 3.4 da Informação n.º 261/2020–SECONT/3ªDICONTE (p.25).

29. Em face do exposto, de acordo com a Instrução, com ajustes e acréscimos, nesta fase, o Ministério Público de Contas sugere à Corte que, tomando conhecimento dos documentos agregados, determine:

I – o sobrestamento do julgamento da Prestação de Contas Anual da Florestamento e Reflorestamento S.A – PROFLORA, exercício de 2015, até o deslinde do Processo TCE n.º 27.522/2018-e;

II – à PROFLORA que, no prazo de 30 dias, remeta à Corte:

a) informações detalhadas, acompanhadas de todos os documentos e informações de suporte, sobre as providências adotadas a fim de corrigir as falhas (*médias e grave*) apontadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal no Relatório de Auditoria n.º 62/2019-DACIG/COAUC/SUBC/CGDF (p. 20), que examinou a Prestação de Contas Anual do exercício de 2015 daquela sociedade de economia mista; conforme determinação expressa da Ata de Reinstalação da 29ª Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da PROFLORA (DODF n.º 198, de 16/10/2019, p. 72); e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.: 00600-00004160/2020-10

b) no que for aplicável, a remessa dos documentos ausentes na forma dos parágrafos 2.1, 3.2, 3.3 e 3.4 da Informação n.º 261/2020–SECONT/3ªDICONTE (p.25).

III – autorizar o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.

É o parecer.

Brasília, 2 de dezembro de 2020.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador